



**EDUCAÇÃO
E REALIDADE**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EDUCAÇÃO E REALIDADE

3

Porto Alegre, janeiro de 1978

EDUCAÇÃO E REALIDADE — Nº 3 — janeiro de 1978

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Prof. Gilberto Mucilo de Medeiros

Membros: Profa. Dra. Flávia Maria Sant'Anna

Prof. Dr. Juan José M. Mosquera

Profa. Dra. Juracy C. Marques

Profa. Luzia Garcia de Mello

Coordenação Executiva: Prof. Rovílio Costa

Diagramação e Arte: Profa. Denyse Alcalde Vieira

Consultores

Prof. Álvaro Magalhães (UFRGS)

Profa. Ana Iris do Amaral (UFRGS)

Prof. Roberto Costa Fachin (UFRGS)

Prof. Dr. Luis Alberto de Boni (UCS)

Prof. Ir. Faustino João (PUCRS)

Prof. Dr. Tarcísio G. Della Senta (CNPq)

Prof. Dr. Darcy Closs (CAPES)

Prof. Dr. Benno Sander (OEA)

Profa. Dra. Eva Van Ditmar (FAO)

Profa. Dra. Vera M. F. Candau

Prof. Pe. Alcides Guareschi (Univ. Passo Fundo)

Prof. Ângelo D. Salvador (Sociedade Lit. S. Boaventura)

Distribuição

Faculdade de Educação (UFRGS)

Rua Paulo Gama, s/n

90.000 — Porto Alegre — RS

PESQUISA EDUCACIONAL PARA O MEIO RURAL

Paulo Schütz e Ray Chesterfield***

INTRODUÇÃO

Embora se saiba que a maioria da população dos países em desenvolvimento vive fora dos centros urbanos com mais de 20.000 habitantes, muito pouco se sabe sobre as condições de vida das populações rurais. A despeito da crescente necessidade de aumento da produção agrícola nas áreas do “Terceiro Mundo”, a expressão “desenvolvimento rural” continua quase que desconhecida no que respeita a resultados concretos. Dentre autoridades e planejadores são poucos os que possuem informações suficientes e conhecimentos atualizados sobre a vida das populações rurais que possibilitem formular e implementar planos de ação adequados à solução dos problemas que as afligem.

A maior parte dos projetos de desenvolvimento do meio rural não obteve o sucesso que deles se esperava. Um dos fatores apontados como causa do insucesso de tais projetos, tem sido uma rejeição de programas de desenvolvimento sócio-econômico que dêem suficiente atenção ao potencial dos tradicionais sistemas de produção, das tradições sócio-culturais da sociedade que os mantém e do ambiente biofísico em que são implementados (Ruddle & Chesterfield, 1977).

O fator humano no desenvolvimento deve ser reconhecido e novas estratégias investigadas na busca de técnicas administrativas, agrícolas e industriais apropriadas à realidade rural. Modelos pragmáticos e próprios da cultura devem ser criados para a implantação de uma política humanística de desenvolvimento em todos os níveis do sistema extra-local, desde planejadores nacionais até agentes de extensão e professores da escola primária rural. Há uma necessidade de sistemas adaptados às limitações de cada ambiente biofísico e sócio-cultural a considerar. Da mesma forma, há necessidade de procedimentos educacionais que venham auxiliar as populações locais a melhor se adaptarem aos novos sistemas de utilização de recursos. Tal educação deverá ser adequada aos padrões culturais do local.

* Paulo Schütz, Ph.D. em Educação, Pesquisador do CNPq, Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Ray A. Chesterfield, Ph.D. em Antropologia Educacional, Professor visitante dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Um grupo de pesquisadores (McGuinn e Davis, 1969; Rogers, 1969) demonstrou que a atual estrutura da educação formal é inadequada para objetivar, com suficiente rapidez, a disseminação dos conhecimentos necessários para a alteração dos sistemas agrícolas e para a melhoria do nível de vida do homem do campo. A inadequação da educação formal faz com que haja uma urgente necessidade de desenvolver sistemas alternativos que possam ser utilizados como eficientes mecanismos para uma mudança orientada à realidade agro-econômica e sócio-cultural das áreas rurais.

ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS PARA O MEIO RURAL

A adequação do sistema educacional ao meio rural, como um componente de desenvolvimento integrado, é um dos problemas mais complexos enfrentados pelos países em desenvolvimento. De um modo geral, é exatamente nas áreas rurais onde se encontra a maior escassez de recursos considerados fundamentais por planejadores educacionais envolvidos em educação rural.

A escola rural tem sido considerada como o principal veículo de melhoria de vários aspectos da vida das populações do campo. No entanto, estas escolas, geralmente, não são devidamente equipadas para fins de oferecer alternativas de solução aos problemas locais. Mallassis (1972) afirma que cerca de sessenta por cento da população mundial vive no campo e que a grande maioria destes são analfabetos. Para a maioria desta população, a escolarização máxima a ser alcançada não ultrapassa e não ultrapassará nos próximos anos ao nível da escola primária.

Esta situação não é muito diferente no Brasil, onde calcula-se que 45% da população continua vivendo no meio rural. Queda e Szmeccsan-yi (1972) referindo-se ao ensino primário brasileiro, indicam que a predominância no campo continua sendo de escolas isoladas unidocentes, constituídas de uma única sala de aula, mal instalada e pobremente equipada. Na maioria das vezes, o horário destas escolas não considera as reais necessidades das características de vida do meio rural. A freqüência fica muito reduzida nas épocas de colheitas e outros trabalhos coletivos da lavoura. Os autores concluem que estes aspectos, juntamente com a falta de motivação por parte do professor e a inadequação do currículo, são as razões mais fortes causadoras das altas taxas de evasão e repetência nas escolas rurais.

A escola primária rural é praticamente o único contato que as populações rurais brasileiras mantêm com a educação formal. Considerando este aspecto, é necessário que a escola rural não só desempenhe o importante papel de ensinar a ler, escrever e calcular, mas que tenha em vista todo o conjunto da comunidade rural. A escola deve funcionar em harmonia com os outros órgãos de desenvolvimento rural

para produzir um processo de desenvolvimento global e participativo.

Recentes trabalhos sobre o papel da educação no desenvolvimento enfatizam a necessidade de programas integrados envolvendo situações formais, não-formais e informais de aprendizagem. Um relatório da Comissão de Educação da UNESCO, editado por Edgar Faure, intitulado *Learning To Be* (1972) toma a posição de que a educação tem que ser permanente e democrática, oferecendo oportunidades de educação profissionalizante e geral, com ênfase em auto-aprendizagem. Dois estudos realizados por Philip Coombs (UNICEF, 1973; World Bank, 1974) sugerem que as áreas rurais precisam de sistemas múltiplos de aprendizagem que considerem contribuições da comunidade local (inputs) e que sejam funcionais em termos das metas de desenvolvimento rural. Harbison (1973) apresenta uma estratégia para criar alternativas educacionais que tenham o potencial de apoiar o desenvolvimento nacional.

Há então uma necessidade em descobrir novos caminhos que, juntamente com o atual sistema escolar, ofereçam habilidades e conhecimentos básicos para uma sociedade tecnológica. Tais complementos do sistema escolar deverão ou enriquecer as experiências providas pela escola, ou atender aqueles indivíduos que não participam da escola, ou ainda oferecer as mesmas experiências escolares mas de uma forma mais eficiente.

Estes objetivos podem ser alcançados através da reestruturação e amplificação do enfoque da escola, e através de alternativas educacionais extra-escolares tais como o uso de técnicas de comunicação de massa, de treinamento em serviço, de autodidatismo e de uma pedagogia autóctone. As estratégias de integração e implementação das várias alternativas depende das contingências ambientais específicas, as quais só podem ser determinadas através de um amplo programa de pesquisa.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O MEIO RURAL

A partir de 1976 foi criado junto aos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFRGS um programa destinado a investigar a situação educacional das populações rurais e, como resultado, obter soluções concretas com vistas a um desenvolvimento global. Este programa permite que estudantes de Cursos de Pós-Graduação em Educação tenham oportunidade de participar de projetos de pesquisa integrados por uma área problemática comum. Desta forma, surgirão dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de publicações do corpo docente que, ao invés de serem resultados isolados de esforços individuais, serão resultados de pesquisas complementares, envolvendo equipes de estudantes e professores. Através do planejamento, da

análise e da discussão de projetos integrados estão sendo treinados especialistas na solução de problemas educacionais do meio rural, tanto ao nível de pequeno agricultor como ao nível de planejamento nacional.

Inicialmente, estes projetos têm como área de abrangência o Estado do Rio Grande do Sul, onde há uma tentativa por parte da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no sentido de implementar um programa orientado pela filosofia de desenvolvimento integrado através de alternativas educacionais. Desde 1973, está sendo aplicado o Plano Operativo de Educação do Município (POEM) que representa uma mudança do sistema educacional, permitindo atender à expansão, descentralização e atualização do ensino de 1º grau, em especial, no meio rural (SEC, 1974).

A flexibilidade do POEM pode ser constatada pela diversificação de projetos implantados pelos vários municípios, tendo em vista as diferentes necessidades agro-econômicas. Entre os projetos destacam-se o planejamento e implantação de Centros Rurais de Educação (CRE), nuclearização de escolas unidocentes, adoção de um regime concentrado e adaptado às épocas de plantio e colheita do calendário escolar, e a criação de unidades móveis de iniciação para o trabalho (UMIT).

Até o presente momento têm sido mínimas as tentativas de avaliação sistemática no sentido de averiguar os resultados destas experiências. Schrader (1973) realizou um estudo exploratório analisando as possibilidades de infra-estrutura dos municípios das áreas rurais do Rio Grande do Sul, de assumirem as responsabilidades educacionais a nível de 2º grau. Quanto a estudos relacionados com as experiências existentes, além de um trabalho descritivo sobre o papel da UMIT como fator de integração escola-comunidade (Chesterfield & Schütz, 1977), encontra-se em desenvolvimento uma pesquisa avaliativa da adoção do regime de horário concentrado em escolas rurais do município de Passo Fundo (Schütz & Chesterfield, 1976). Estes últimos dois trabalhos representam os primeiros resultados do Programa de Educação para o Meio Rural.

Por enquanto, este programa está limitado à Faculdade de Educação - UFRGS, e os projetos em andamento incluem levantamentos de interesses e aspirações das populações rurais; percepções sobre as diferentes situações de aprendizagem existentes; nível de satisfação com relação a diferentes alternativas educacionais implantadas; e características pessoais e profissionais dos professores e supervisores escolares que atuam nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. É óbvio, no entanto, que um programa desta natureza deve ser multidisciplinar, envolvendo uma variedade de procedimentos metodológicos. Espera-se, por isto, que o mesmo venha a se ampliar com a participação de especialistas de outras áreas acadêmicas que lidam com pesquisa para o meio rural.

Acredita-se que, após uma primeira etapa no Rio Grande do Sul, novos projetos deverão ser desenvolvidos com o fim de estender o

programa a outras regiões brasileiras. Os sistemas agrícolas variam de um ambiente para outro e, por isso, será necessário testar diversos modelos em diferentes situações de campo, durante um prolongado período de tempo. Isto permitirá a identificação de características que tenham aplicação universal e que poderão ser consideradas em futuros programas de desenvolvimento rural no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Educação para o Meio Rural consiste numa tentativa de orientar o processo de ensino-aprendizagem às condições e necessidades do homem do campo. Tendo em vista a diversidade cultural e as características geo-educacionais do Brasil, os projetos específicos que estão sendo desenvolvidos, de maneira alguma, podem considerar todos os aspectos relacionados com a educação para o meio rural. Até o momento, é um programa limitado à integração dos trabalhos nesta área, em andamento na Faculdade de Educação - UFRGS. Espera-se que, oportunamente, através de intercâmbio com outras pessoas e entidades interessadas, possa este programa contribuir, de maneira substancial, no processo de desenvolvimento rural integrado do Brasil.

REFERENCIAS CITADAS

- CHESTERFIELD, Ray e SCHÜTZ, Paulo. UMIT: School-community integration in rural Brazil. *Community Development Journal*, Vol. 12:2 (abril) 1977.
- COOMBS, Philip H. et alii. *New paths to learning for rural children and youth*. New York, International Council for Educational Development, 1973.
- COOMBS, Philip H. e AHMED, Manzoor. *Attacking rural poverty, how nonformal education can help*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1974.
- FAURE, Edgar. *Learning to be*. Paris, UNESCO, 1972.
- HARBISON, Frederick H., *Human resources as the wealth of nations*. New York, Oxford University Press, 1973
- MALASSIS, Louis. Educação e desenvolvimento rural. In: *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Editora Nacional, 1972. p. 99-115.
- Mc GUINN, Noel F. e DAVIS, R.G. *Build a mill, build a city, build a school*. Boston, M.I.T. Press, 1969.
- QUEDA, Oriwaldo e SZMRECSÁNYI, Tomás. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: - *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Editora Nacional, 1972. p. 271-289.
- ROGERS, Everett M. e SVENNING, Lynne. *Modernization among peasants: The impact of communication*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1969.
- RUDDLE, Kenneth e CHESTERFIELD, Ray. *To renew the earth: Rural livelihood and traditional education in the Orinoco Delta*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- SCHRADER, Achim. *Oferta e procura educacional*. Porto Alegre, Edições UFRGS, 1973.
- SCHÜTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray. Avaliação de uma alternativa educacional para o meio rural de Passo Fundo. (mimeo) Cursos de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 1976.
- SEC - Assessoria Técnica Especial, SAE. *Momento de Consolidar a educação no meio rural*. Porto Alegre, 1974